

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.559 - ES (2019/0290852-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **CHEIM TRANSPORTES SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **RAFAEL MERLO MARCONI DE MACEDO - ES010096**
TENÓRIO MIGUEL MERLO FILHO - ES014775
FILIPE LACERDA DE MOURA SILVA E OUTRO(S) - ES011028
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL ESPECIALIZADA**
EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DE
VITÓRIA - ES
SUSCITADO : **JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE ALAGOINHAS - BA**
INTERES. : **ANTONIO BRITO DOS SANTOS**

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO PATRIMONIAL DETERMINADAS POR JUÍZO TRABALHISTA. SUSTAÇÃO QUE SE IMPÕE. LIMINAR DEFERIDA.

DECISÃO

Cheim Transportes S/A - em recuperação judicial suscita o presente conflito positivo de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES e o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas/BA.

Alega a suscitante que ingressou com pedido de recuperação judicial em fevereiro de 2014 (Processo n. 0006054-23.2014.8.08.0024), cujo processamento foi deferido, em 9/4/2014, pelo Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES, diante da presença dos pressupostos e condições previstas na Lei nº 11.101/2005.

Acrescenta que, "não obstante a Requerente tenha cumprido até o presente momento todas as obrigações avençadas no plano de recuperação (certidão recente em anexo), a verdade é que passou a sofrer as mais nefastas consequências decorrentes das decisões proferidas pela 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas – BA, que, desconsiderando o regramento próprio de habilitação dos créditos existentes antes do pedido de recuperação, passou a determinar o prosseguimento da execução na esfera trabalhista, mediante a adoção de medidas constritivas de boqueio de bens e créditos da empresa, esvaziando claramente a competência exclusiva do Juízo da Recuperação Judicial quanto a adoção de tais medidas, colocando em risco, severamente, o cumprimento do próprio

Superior Tribunal de Justiça

plano de recuperação judicial" (e-STJ, fls. 4-5).

Nessa linha, afirma que, "em recente decisão proferida nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0000943-45.2015.5.05.0222, determinou o prosseguimento da execução no âmbito da Justiça do Trabalho de crédito sujeito a recuperação judicial, ignorando completamente os requerimentos da empresa quanto a necessidade de habilitação dos créditos para pagamento na forma do plano de recuperação judicial e na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005" (e-STJ, fl. 11).

Pleiteia, assim, seja concedida medida liminar determinando a suspensão da decisão de prosseguimento da execução proferida pela 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas/BA, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0000943-45.2015.5.05.0222, devendo ser mantida, portanto, a competência do Juízo da Recuperação Judicial para deliberar sobre o patrimônio da empresa em recuperação judicial e da quitação de suas dívidas, determinando-se a imediata reversão da medida de prosseguimento da execução, por ocasionar severos danos a empresa de transportes, bem como determinar a suspensão de toda e qualquer outra medida constritiva, inclusive inscrição junto ao BNDT ou qualquer outro banco de dados de devedores e, ainda, determinar que o Juízo Trabalhista da 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas que se abstenha de expedir alvará de liberação de qualquer quantia ao(s) reclamante(s), suspendendo eventual alvará já expedido, e determinando-se sua imediata devolução no processo" (e-STJ, fls. 21-22). No mérito, seja reconhecida a competência do Juízo Recuperacional.

Brevemente relatado, decido.

O quadro delineado nos autos justifica, ao menos neste exame perfunctório, o deferimento da medida urgente pleiteada, estando atendidos, a meu juízo, os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, caracterizado, este, em razão da determinação pelo Juízo Laboral da realização de atos constritivos no patrimônio da suscitante.

Quanto à plausibilidade do direito invocado, de acordo com a jurisprudência desta Corte, "enquanto não transitada em julgado a sentença de encerramento da recuperação judicial, permanece a competência do referido juízo para deliberar acerca do patrimônio afetado ao plano de soerguimento empresarial" [EDcl no

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no CC n. 152.900/SP, Relator o Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador Convocado do TRF 5ª Região), DJe 15/8/2018].

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. 1. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SENTENÇA DE ENCERRAMENTO NÃO TRANSITADA EM JULGADO. APELAÇÃO RECEBIDA NO DUPLO EFEITO. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM OUTRO JUÍZO. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO EM DESFAVOR DA EMPRESA RECUPERANDA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 2. RECURSO IMPROVIDO.

1. Comprovada a interposição de recurso de apelação contra a sentença de encerramento da recuperação judicial, o qual foi recebido no duplo efeito, de rigor a incidência da compreensão desta Corte no sentido de que, não transitada em julgado a sentença de encerramento da recuperação judicial, permanece a competência do referido juízo para deliberar acerca do patrimônio da empresa recuperanda.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.554.555/DF, de minha relatoria, DJe 11/11/2016)

Ante o exposto, defiro a liminar para determinar a imediata suspensão dos atos executórios promovidos pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas/BA nos autos do Processo n. 0000943-45.2015.5.05.0222, ficando designado o Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES para dirimir, em caráter provisório, as demais questões urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados, comunicando-lhes o teor desta decisão e solicitando-lhes que prestem as necessárias informações no prazo de 10 (dez) dias.

Após a juntada das informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator